

Estados terão que pagar

ECONOMIA

20% das dívidas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) limitou em 80 por cento o refinanciamento dos empréstimos levantados por estados, municípios e suas empresas junto a bancos privados e oficiais nacionais. A medida tem como objetivo fazer com que os governos estaduais e municipais também colaborem com o esforço fiscal do Governo federal, que pretende, este ano, gerar um superávit público operacional equivalente a dois por cento do PIB (Cr\$ 8 bilhões).

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Teixeira, informou que o Governo está estudando outras medidas de aperto sobre os estados, municípios e suas estatais. A nova versão do orçamento de 1990, em elaboração, deverá reduzir ainda mais os limites de refinanciamento das dívidas externas dos governos municipais podiam rolar até 100 por cento das dívidas

contraídas no Brasil sob a forma de empréstimos bancários, nas respectivas datas de vencimento. Teixeira informou que, em casos excepcionais, será permitida a rolagem de 100 por cento. Citou como exemplo dessas excessões os empréstimos que financiam a construção de habitações populares ou saneamento básico.

O secretário lembrou que o aperto decretado ontem pelo Conselho Monetário deverá ser facilmente absorvido pelos estados e municípios, maiores beneficiados pelo plano de estabilização econômica. Teixeira lembrou que as duas esferas tiveram suas arrecadações de impostos acrescidas substancialmente. Também cresceram muito os repasses da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.

Há um mês, a ministra Zélia Cardoso reduziu a rolagem de empréstimos externos de estados e municípios, com avais da União, de 80 para 53 por cento.